**ATA DA 10.ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

**PERÍODO ORDINÁRIO**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA**

**5ª LEGISLATURA**

Aceguá, 15 de abril de 2019

Aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, às dezesseis horas e dez minutos, no Plenário Ecesar Pintos, da Câmara Municipal de Vereadores de Aceguá, o Senhor Presidente, Vereador Dalmiro Almeida-PP, após verificar a existência de número legal deu por aberta a Sessão, solicitando à 1.ª Secretária, Vereadora Beatriz Priebe Silveira -PDT, que procedesse a chamada dos demais Vereadores, estando presentes pelo MDB: Anderson Barcelos Correa, Edmundo Pichler, Liziane Jardim e Luis Eduardo Nunes Gonçalves; pelo PSDB: Alfredo Castillos de Los Santos, Jacqueline Ferreira e Odete da Silva Ribeiro. A seguir, solicitou a leitura da Ata da Sessão anterior, que após discussão e votação foi aprovada por unanimidade. Prosseguindo, solicitou a leitura do EXPEDIENTE EXTERNO onde constaram os protocolos de n.ºs 0210, 0211, 0215 a 0223/2019. Ato contínuo, não havendo inscritos em PALAVRA NO EXPEDIENTE, o Presidente passou para EXPLICAÇÕES PESSOAIS, quando fizeram uso da tribuna os Vereadores Beatriz Priebe Silveira, Alfredo Castillos de Los Santos, Jacqueline Ferreira, Anderson Barcelos Correa, Luis Eduardo Nunes Gonçalves, Odete da Silva Ribeiro, Edmundo Pichler e Liziane Jardim. Na sequência, solicitou à 1.ª Vice-Presidente, Vereadora Jacqueline Ferreira, que assumisse os trabalhos para que pudesse se manifestar. Reassumindo, solicitou a leitura do EXPEDIENTE INTERNO onde constaram os requerimentos n.º: 0214/2019 - Da Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar possíveis irregularidades na construção da ponte no aterro da Maria Castelhana; 0224/2019 – Da Vereadora Jacqueline Ferreira; 0228/2019 – Da Vereadora Liziane Jardim; 0229 a 0232/2019 – Da Comissão de Finanças e Orçamento. Posteriormente, solicitou a leitura dos expedientes que BAIXARAM PARA AS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA e de FINANÇAS E ORÇAMENTO, quais sejam: PROCESSO n.º 0225/2019 – Do PODER EXECUTIVO - “Substitutivo ao PL n.º 005/2019, que “Altera a Lei Municipal n.º 1.128, de 03/06/2013 – Institui o vale alimentação aos servidores municipais”; PL n.º 013/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Dispõe sobre contribuição para custeio do serviço de iluminação pública – CIP”; PL n.º 014/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Institui a taxa de coleta de lixo (resíduos sólidos urbanos e recicláveis) e serviço de remoção de resíduos no município de Aceguá”. Em continuidade, solicitou a leitura de PARECER sobre os seguintes: PR n.º 001/2019 – Da MESA DIRETORA – “Autoriza a Câmara Municipal de Vereadores de Aceguá a desassociar-se da União dos Vereadores do Rio Grande do Sul - UVERGS”. Parecer: Voto do relator da CCJ: Pela Constitucionalidade. Voto do Relator da CFO: Pela tramitação regimental e aprovação da matéria, (ambos nos termos do Art. 37 do Regimento Interno). Parecer das Comissões: Mantém o voto dos relatores; PL n.º 007/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Concede revisão anual de subsídios do Prefeito e do Vice-Prefeito Municipal”. Parecer: Voto do relator da CCJ: Pela Constitucionalidade. Voto do Relator da CFO: Pela tramitação regimental e aprovação da matéria, (ambos nos termos do Art. 37 do Regimento Interno). Parecer das Comissões: Mantém o voto dos relatores; PL n.º 008/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Concede Revisão anual de subsídios dos Secretários Municipais”. Parecer: Voto do relator da CCJ: Pela Constitucionalidade. Voto do Relator da CFO: Pela tramitação regimental e aprovação da matéria, (ambos nos termos do Art. 37 do Regimento Interno). Parecer das Comissões: Mantém o voto dos relatores; PL n.º 010/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Inclui ação na Lei Municipal n.º 1.553, de 13 de julho de 2017 – PPA”. Parecer: Voto do relator da CCJ: Pela Constitucionalidade. Voto do Relator da CFO: Pela tramitação regimental e aprovação da matéria, (ambos nos termos do Art. 37 do Regimento Interno). Parecer das Comissões: Mantém o voto dos relatores; PL n.º 011/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Inclui na Lei Municipal n.º 1.638, de 12 de setembro de 2018 – LDO para o exercício de 2019, a seguinte ação”. Parecer: Voto do relator da CCJ: Pela Constitucionalidade. Voto do Relator da CFO: Pela tramitação regimental e aprovação da matéria, (ambos nos termos do Art. 37 do Regimento Interno). Parecer das Comissões: Mantém o voto dos relatores; PL n.º 012/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza abertura de crédito adicional de natureza especial no valor de R$51.700,00”. Parecer: Voto do relator da CCJ: Pela Constitucionalidade. Voto do Relator da CFO: Pela tramitação regimental e aprovação da matéria, (ambos nos termos do Art. 37 do Regimento Interno). Parecer das Comissões: Mantém o voto dos relatores. Na sequência, solicitou a leitura dos PROJETOS EM TRAMITAÇÃO, sendo: EM PRIMEIRA DISCUSSÃO: PL n.º 002/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Cria crédito especial de natureza especial no valor global de R$75.000,00”; Em SEGUNDA DISCUSSÃO: PL n.º 003/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Altera o coeficiente do nível básico de carreira do magistério”; PL n.º 004/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Altera a Unidade de Referência Salarial – URS, para o exercício de 2019”; PL n.º 006/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza a contratação emergencial de agente comunitário de saúde”. Após, havendo número legal o Presidente deu início à ORDEM DO DIA, com votação dos REQUERIMENTOS n.ºs: 0214/2019 – Da Comissão Parlamentar de inquérito para averiguar possíveis irregularidades na construção da ponte no aterro da Maria Castelhana – “Requer, após ouvido o Colendo Plenário, a prorrogação pelo prazo de 60 (sessenta) dias, para conclusão, tendo em vista a homologação do Processo de Dispensa n.º 04/2019, com a finalidade de contratar serviços de engenharia, que deverá subsidiar os trabalhos da Comissão”, aprovado por unanimidade; 0232/2019 – Da Comissão de Finanças e Orçamento - “Requer, após ouvido o Colendo Plenário, nos termos do Art. 33, § 2.º, do Regimento Interno, a interrupção de tramitação do PL n.º 009/2019, que “Altera parcialmente a Lei Municipal n.º 187, de 03 de outubro de 2003”, até o comparecimento de representantes da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, COMDICA e Conselho Tutelar, com a finalidade de debater sobre o referido projeto”, aprovado de forma unânime. A seguir, o Presidente informou a liberação de diárias aos Vereadores Dalmiro Almeida e Luis Eduardo Nunes Gonçalves, para viagem a Brasília/DF, de 09 a 11/04/2019, visando participarem da XXII Marcha dos Municípios, bem como, ao Vereador Edmundo Pichler, para viagem a Cachoeira do Sul/RS, visando participar do 2.º Simpósio Sul-Americano da Noz-Pecam. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Sessão, da qual foi lavrada a presente ata, que depois de lida e aceita, vai devidamente assinada.

 Presidente Secretário (a)